

IMPLANTAÇÃO DE UMA COMISSÃO DE EXTENSÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA¹

IMPLEMENTATION OF AN EXTENSION COMMITTEE IN AN PRIVATE HIGHER EDUCATION INSTITUTION

Ernandes Gonçalves Dias

Enfermeiro Mestrando de Programa de Inovação e Tecnologia em Enfermagem. Especialista em Enfermagem do Trabalho e Docência na Saúde. Docente na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha. nandesenf@usp.br

Lyliane Martins Campos

Enfermeira Especialista em Docência na Saúde e Saúde da Família. Docente na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha.

Maiza Barbosa Caldeira

Enfermeira Especialista em Docência na Saúde. Docente na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha.

Rosângela Minardi Mitre Cotta

Doutora em Saúde Coletiva. Mestre em Extensão Rural. Especialista e Tutora em Ativação de processos de mudanças para a formação de profissionais de saúde (Ministério da Saúde). Docente Associada da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Departamento de Nutrição e Saúde.

RESUMO

A extensão é uma instância de ensino que deve nortear permanentemente o ensino. Dessa forma a Instituição de Ensino consegue formar profissionais comprometidos com as questões de interesse social. Teve-se como objetivo criar uma Comissão de Extensão visando à integração interdisciplinar e entre docentes, discentes, preceptores e demais profissionais da rede de serviços de saúde, na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha. O processo de implantação da Comissão de Extensão ocorreu no período de março a maio de 2015. A intervenção foi realizada pelos discentes do curso de Especialização em Docência na Saúde, com apoio do Colegiado de Curso e Comitê de Gestão da Instituição. Estão representados na Comissão os docentes, corpo técnico administrativo, preceptores, discentes e a sociedade civil organizada, ambos com dever de propor ações de extensão. Foi criado um Regulamento Próprio para a Comissão e Manual de Extensão para subsidiar as ações extensionistas. Acredita-se que a Extensão, agora formalizada, possa servir de incentivo para inserir os acadêmicos e docentes nos cenários sociais e de prática do Sistema Único de Saúde, e assim formar profissionais cidadãos voltados a atuar no sistema público de saúde, pautado em seus princípios e conscientes de seu papel na sociedade.

Palavras-chave: Relações Comunidade-Instituição, Educação Superior, Controles Formais da Sociedade.

¹ Extraído do Trabalho de Conclusão de Curso – Especialização em Docência na Saúde, promovida pelo Educa Saúde, com financiamento do Ministério da Saúde (Projeto SUS Educador).

ABSTRACT

Extension is an aspect of education that must guide an academic career. The extension is a teaching instance that should permanently guide the teaching. Thus the educational institution can to form professionals committed to the issues of social concern. Had as objective create a Extension Commission aiming at interdisciplinary integration between teachers, students, tutors and other professionals in the health services network in the Faculty President Antônio Carlos de Porteirinha. The Extension Commission implementation process occurred in the period March-May 2015. The intervention was performed by students of the Specialization Course in Teaching in Health, with support from the Collegiate of Course and the institution Management Committee. They are represented in the Commission teachers, administrative staff, tutors, students and civil society organized, both with duty to propose extension actions. It was established an own Regulation for Commission the Extension and a Manual to subsidize the extension actions. It is believed that the extension now formalized, can serve of incentive to insert the academics and teachers in social scenarios and practice of the Unified Health System, and so train professionals citizens geared to act in the system public health, based on its principles and aware of their role in society.

Key words: Community-Institutional Relation, Education, Higher, Social Control, Formal.

INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária possui um papel importante no que se diz respeito às contribuições que pode trazer frente à sociedade. A partir do momento em que há contato entre o aprendiz e a sociedade, surge benefícios para os dois lados. Aquele que está na condição do aprender tem uma experiência mais gratificante ao praticar a teoria recebida em sala de aula (RODRIGUES et al., 2013).

Então, pensar a extensão universitária pressupõe compreender o processo de formação do profissional universitário através de uma pedagogia que facilite a construção de novos conhecimentos, percebendo o contexto social ao qual se está inserido como um potencial integrador dos conhecimentos produzidos na academia (CRUZ et al., 2010).

Dessa forma, a extensão acontece quando há uma estreita relação entre a universidade e os outros setores da sociedade, focalizando, por exemplo, em projetos como assistência médica e jurídica, assim como outras atividades de prestação de serviço, assessoria, eventos artísticos, culturais, entre outros. (NUNES; SILVA, 2011).

De acordo Santos et al. (2013) as universidades brasileiras preconizam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo esta essencial no processo de socialização da produção de conhecimento na sociedade, conforme recomenda o Plano

Nacional de Extensão Universitária de 2011 a 2020. Assim, a extensão se apresenta como grande desafio às universidades. Desafio que é refletido na dificuldade em articular a comunicação entre teoria-prática, universidade-sociedade e construir a teoria da reciprocidade, integração do pensar, fazer e viver a partir do rompimento da dimensão dicotômica, dualista e fragmentada.

As atividades de extensão possuem potencial inovador, além de possibilitar vivências diferenciadas aos acadêmicos, computam carga horária na sua formação em nível de graduação e representa a criação de vínculo da instituição de ensino com a sociedade (RODRIGUES, 2014).

Dessa forma, Alves et al. (2012) afirmam que a interação ensino-serviço-comunidade permite aos estudantes vivenciarem as necessidades da população para que criem planos de atenção que permitam o desenvolvimento de atividades no âmbito coletivo e individual, abrangendo ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, fugindo do modelo de empirismo de educação em saúde.

Os alunos que fazem parte das ações extensionistas durante a vida acadêmica se tornam profissionais mais comprometidos, possuem um nível de conhecimento superior a respeito do sistema de saúde, que os influenciam a agir de acordo às diretrizes e necessidades deste sistema, tornando-se a fonte principal de melhorias na saúde pública (REIS et al., 2013).

Conforme Rodrigues et al. (2013) o fortalecimento da relação sociedade-universidade proporciona melhoria na qualidade de vida do cidadão quando ocorre o rompimento das barreiras da sala de aula. A troca de informações deve acontecer entre aquele que está na condição universitária, para o que está na condição de aprender, pois se trata de uma passagem de conhecimento, esse é o desafio da extensão.

Em razão das fragilidades apontadas no relatório de avaliação in loco, do Ministério da Educação, essencialmente no que se refere aos conceitos insatisfatórios atribuídos à dimensão “Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional” este projeto teve como objetivo a criação de uma Comissão de Extensão a fim de viabilizar o desenvolvimento das ações de extensão no âmbito da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha, visando à integração interdisciplinar e entre docentes, discentes, preceptores e demais

profissionais da rede de serviços de saúde. Apesar de já existir ações de extensão desenvolvidas na Instituição, estas são realizadas de forma pontuais, sem formalidade no processo para desenvolvimento dessas ações.

Durante o tempo de exercício da docência na Instituição, observou-se a inexistência de uma comissão de incentivo à extensão universitária. Os registros das atividades de Extensão nunca aconteceram de forma sistematizada. Na instituição não há um Núcleo ativo para trabalho e desenvolvimento de ações de Extensão. Desta forma, para ter um diagnóstico inicial da situação e quantificar as ações de Extensão já desenvolvidas, mesmo que de forma pontual, buscou-se ativamente, nos arquivos da Faculdade e pela abordagem dos docentes, identificar ações que podem ser consideradas como Extensão.

No período de 2010 a 2014 a Instituição teve 05 turmas de Enfermagem (único curso superior), quatro de cursos técnicos em Enfermagem, Podologia, Vigilância em Saúde e Agente Comunitário em Saúde (uma de cada), e uma de pós-graduação em Enfermagem do Trabalho, com média de 35 alunos por turma e foi possível identificar 05 eventos de comemoração à Semana de Enfermagem, 15 prestação de serviços, 04 projetos de intervenção na comunidade, 02 cursos, 15 minicursos ofertados e 03 artigos publicados em revista de circulação nacional com resultado de pesquisa da pós-graduação Lato Sensu. Diante disso, é relevante implantar uma Comissão de Extensão na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha.

Acredita-se que a criação de uma Comissão de Extensão viabilizará a integração entre as diferentes disciplinas do curso e futuramente propiciar-se a uma reforma curricular. Ao inserir o corpo docente e discente em contato direto com a comunidade através de eventos e projetos de extensão, bem como a publicação da produção, pode contribuir para a melhoria da assistência à saúde, atendendo dessa forma os princípios da integralidade, universalidade e equidade nos serviços de saúde.

METODOLOGIA

A Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha é uma Instituição de Ensino Superior, criada em 2002, imbuída de uma missão de descentralização para atender as mudanças e necessidades de desenvolvimento nas mais distantes regiões de Minas Gerais. Como vocação global, acredita no princípio democrático e, particularmente, no ensino superior como lócus de realização da cidadania, e que o ensino não pode estar dissociado da prática da responsabilidade social, do comprometimento, da iniciação científica e da extensão.

A implantação da Comissão de Extensão faz parte da intervenção na realidade da Faculdade, prevista no Projeto de Intervenção dos autores, durante a Especialização em Docência na Saúde, oferecida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em parceria com o Ministério da Saúde, através do Projeto SUS-Educador nos anos 2014 (março) e 2015 (agosto).

A Comissão foi criada pelos discentes do Curso supracitado, os quais foram os responsáveis pelo projeto e possuem governabilidade para implantação da Comissão em parceria com o Comitê de Gestão e Colegiado de Curso, porém vale ressaltar que a comunidade envolvida foi mobilizada no sentido de participar ativamente no processo de mudança e formalização da extensão.

Em face às características regionais a comunidade atendida pela Faculdade carece de Projetos de Extensão que preveem atividades de atenção básica, como Projetos que trabalhem assuntos sobre higienização, controle de vetores na comunidade, estilo de vida, alimentação entre outros, porém criar estes projetos ainda não foi o objetivo deste trabalho e sim, reafirmo, criar meios, pela Comissão de Extensão formalizada, para que projetos neste sentido sejam estimulados.

O desenvolvimento do projeto ocorreu em 04 momentos distintos, a saber: Apresentação do Projeto ao Comitê de Gestão e Divulgação na IES; Elaboração do Regulamento da Comissão; Elaboração do Manual de Extensão; e Formalização da Comissão de Extensão. Estes momentos pedagógicos estavam previstos em cronograma previamente apresentados no Projeto para conclusão do curso e aprovados pela Faculdade

ao dar aval à inscrição de seus docentes na Especialização e foram considerados como categorias de análise do desenvolvimento do projeto no presente artigo.

DESENVOLVIMENTO

A Constituição Federal de 1988 no Artigo 207, estabelece que as Universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, reconhecendo como dimensões equivalentes e constitutivas da prática acadêmica (COSTA, 2010).

Da mesma forma, o Plano Nacional de Extensão Universitária para 2011 a 2020, no parágrafo único do Artigo 1º reafirma que o Plano Nacional de Extensão é pautado na indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, respeitando a autonomia das Universidades, nos termos do artigo supracitado e artigos 43, 44, 52, 53 e 77 e da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LIMA, 2012).

Apresentação do Projeto ao Comitê de Gestão e Divulgação na IES

O Projeto Intervenção institucional, requisito obrigatório para certificação como especialista, intitulado Comissão de Extensão: implementar para desenvolver, foi elaborado pelos professores, discentes no curso de Especialização em Docência na Saúde, e apresentado ao Comitê de Gestão da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha em 13 de março de 2015 em reunião extraordinária com esta finalidade.

A implantação de uma Comissão de Extensão reafirma a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade. Essas ações asseguram a relação bidirecional entre a faculdade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da faculdade (SILVEIRA, 2002).

Segundo Biscarde, Pereira-Santos e Silva (2014) as atividades de extensão se revelam fundamental na formação universitária, propicia experiências ampliadas aos graduandos, muito além daquelas obtidas em moldes tradicionais. A extensão universitária caminha em direção a uma sociedade mais justa e igualitária, assim, promove a comunicação entre a universidade e seu meio, e possibilita a sua realimentação em face à problemática da sociedade e a revisão constante de suas funções de ensino e pesquisa.

Com uma Comissão de Extensão em funcionamento a faculdade estimula atividades, cujo desenvolvimento implique em relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da faculdade e da sociedade (OLIVEIRA et al., 2013).

O processo formativo em saúde, que se desenvolve com base em ações de extensão, induz a produção de novas práticas de cuidado e formação integral. Essas novas práticas tendem a serem focadas não apenas na aprendizagem técnica, mas na ética, responsabilidade cidadã e compromisso social (SILVA; RIBEIRO; SILVA JÚNIOR, 2013).

Após a apresentação, os membros do Comitê de Gestão consideraram viável a implementação do Projeto de Intervenção na instituição. Com o parecer favorável, o presidente do Comitê declarou aprovado o Projeto e ressaltou a importância do envolvimento da Faculdade na execução do mesmo, o que certamente irá proporcionar mudança na condução das ações de extensão na Faculdade.

Conforme Frank et al. (2004) várias estratégias devem ser usadas para promover a formação profissional, as atividades de extensão como meio para a formação, devem ser constantemente revistas e replanejadas de acordo à necessidade da comunidade, pois o que se busca, além de manter as ações em andamento, é tornar todos os envolvidos comprometidos pela melhoria da qualidade do ensino, da instituição, da comunidade, e a formação de um profissional socialmente responsável.

A sensibilização da comunidade acadêmica da Faculdade foi feita por meio de seminários, panfletagem e exposição de cartazes nas dependências da Instituição no período de abril/2014 a abril/2015. De acordo Kunz e Schneider (2011) a participação nas atividades extensionistas não pode ser vista como mero requisito metodológico na estratégia de sensibilização e conscientização da população acadêmica. O sujeito precisa ser sensibilizado e participativo, isto significa acreditar mais nas pessoas, possibilitando e

condicionando sua participação qualitativa e não apenas quantitativa no processo de aprendizagem e de integração de ensino/serviço pelas ações de extensão.

O Comitê de Gestão, a pedido dos discentes da Especialização, definiu que a Comissão de Extensão, depois de implantada, terá sala própria para realizar reuniões e outras atividades a fim, mobiliada com armário para arquivo da produção, mesa, cadeiras e ventilador, acrescida outros insumos como tesoura, grampeador, impressora, computador, canetas, lápis, borrachas, papéis, livro de atas, registros de certificados, entre outros. Todos os recursos que tiveram algum custo financeiro foram custeados pela Instituição.

Elaboração do Regulamento da Comissão

Um esforço nacional vem ocorrendo para que a extensão universitária seja reconhecida como integrante do fazer acadêmico, ao lado do ensino e da pesquisa, inserida nos projetos pedagógicos dos cursos e formalizada institucionalmente por meio de regulamentos próprios (FELIPPE et al., 2013).

Um regulamento é um conjunto organizado e coerente de preceitos ou normas que regem o trabalho em uma instituição. Ele contém uma série de indicações que dizem a maneira na qual se deve cumprir uma atividade (ZANOTI, 2006).

O Regulamento da Extensão da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha foi elaborado pelos discentes do Curso de Especialização em Docência na Saúde e submetido à apreciação do Comitê de Gestão desta instituição e aprovado em 17 de abril de 2015.

Foi organizado em seis capítulos que tratam da concepção da extensão na Faculdade, dos objetivos, da composição da Comissão e critérios para participação, dos deveres e responsabilidades dos membros, da avaliação da Comissão e das disposições finais que regerão a Comissão de Extensão no âmbito da Faculdade.

As funções pertinentes a cada membro da Comissão de Extensão, descritas no Regulamento Próprio, passaram a ter caráter de obrigatoriedade em seu cumprimento das

atividades pactuadas após a formalização da Comissão. Entre as funções da Comissão estão a criação e gerenciamento de projetos de extensão.

O diretor da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha considerando a decisão do Comitê de Gestão em 17 de Abril de 2015, no uso de suas competências e atribuições regimentais, baixou a Portaria 01 em 20 de abril de 2015 para homologar o Regulamento da Comissão de Extensão.

Segundo Brasil (2009) as Portarias usadas como meio de homologação, são os atos pelos quais as autoridades competentes determinam providências de caráter administrativo, dão instruções sobre execução de serviços, definem situações funcionais e aplicam medidas de ordem disciplinar. Sua importância está no efeito legal de expedir determinações gerais ou especiais sobre determinado assunto, com vistas à execução de ações e serviços.

Como previsto em seu Regulamento, a Comissão apresentou aos discentes do Curso de Especialização em Docência na Saúde e ao colegiado de curso, dentro do prazo de 15 dias após a posse, o planejamento inicial de desenvolvimento anual da extensão.

O processo de acompanhamento e avaliação da Comissão terá fluxo contínuo e indeterminado, feito através de Relatórios Semestrais de produção da extensão, apresentados ao Colegiado de Curso, à Comissão Própria de Avaliação e ao coordenador da extensão, eleito conforme previsto no Regulamento da Comissão.

Os resultados da análise apresentados no Relatório Semestral servirão de indicadores para se mensurar a evolução da extensão na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha. Matematicamente pode-se calcular a taxa de crescimento anual das ações de extensão desenvolvidas e apresentada no Relatório de atividades de extensão. A avaliação será feita também de forma qualitativa, que visa conhecer como os discentes e a comunidade avaliam a importância das ações desenvolvidas.

Elaboração do Manual de Extensão

Fonseca *et al.* (2012) dizem que por regra geral um Manual de Extensão tem como objetivo dar conhecimento à comunidade acadêmica sobre as diretrizes, as ações e as normas que orientam o desenvolvimento das ações extensionistas.

O manual de Extensão da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha tem como objetivo fundamental auxiliar a elaboração de proposta de ações de extensão na Instituição. Além disso, consolidar o papel do Núcleo de Extensão em apoiar os projetos e ações de extensão.

Valente (2008) esclarece que o manual não deve ser uma ferramenta que aumente a burocracia da instituição, mas que facilite o funcionamento. Sua implantação traz melhoria na padronização das normas e rotinas, e redução no tempo gasto para determinados processos.

O Manual de Extensão da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha foi elaborado pelos discentes do Curso de Especialização em Docência na Saúde, após consulta em instrumentos similares dispostos para consulta pública nos sites da Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), Faculdades da Fundação Mococa, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e submetido à apreciação do Comitê de Gestão, sendo aprovado em 17 de abril de 2015.

Foi organizado em seis capítulos que versam sobre a apresentação em linhas gerais da extensão; plano de extensão da Faculdade, descrevendo seus princípios básicos, a formação do profissional cidadão, o potencial da extensão como instrumento de mudança, significado e importância da extensão, objetivos e metas, organização da extensão e articulação com a sociedade; ações de extensão; diretrizes para elaboração de propostas de extensão na Faculdade e as linhas programáticas adotadas; procedimentos para emissão de certificados e estrutura de formulários para submissão de propostas de extensão.

O Plano de Extensão da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha tem como princípio básico que a Faculdade assuma uma postura voltada para os interesses e as necessidades da comunidade local e região.

Dessa maneira o Plano de Extensão está alinhado com o que se pretende à Política Nacional de Extensão, onde foi assinalado a concepção de extensão como prática acadêmica que interliga a universidade às demandas da população. De acordo Fagundes *et al.* (2012) o Plano de Extensão é uma prática que possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais.

Baseando no Manual, as ações extensionistas devem ser planejadas, ao mesmo tempo em que busca atender às demandas da sociedade, disponibilizar a complementação da formação acadêmica, para difundir o saber e à cultura e tornar os docentes e discentes mais comprometidos com os problemas sociais. O planejamento da extensão deve ser simples, objetivo, seus resultados devem trazer esclarecimentos e apontar soluções para os problemas da sociedade (UNESC, 2013).

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a faculdade às suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes (SANTOS; JESUS, 2013).

A extensão universitária possui um grande potencial de transformação e é essencial no ensino superior, tanto para o aperfeiçoamento dos discentes, como para o processo de formação continuada dos docentes, para que ambos busquem uma maior integração com os demais setores da sociedade, melhorias na qualidade de vida dos moradores das comunidades circunvizinhas e para que as lutas sociais se fortaleçam (FERNANDES *et al.*, 2012).

Resultado dessas reflexões é que se considera importante consolidar essa prática dentro da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha, o que possibilitará a constante busca do equilíbrio adequado entre as demandas que lhe são socialmente

exigidas, os saberes e as inovações que surgem do trabalho de seus professores, preceptores e estudantes.

Formalização da Comissão de Extensão

Segundo Dallari (2011) e Rio Grande do Norte (2012) na formalização das ações institucionais deve-se assegurar a participação popular para que seja legítima suas decisões normativas. É preciso que todo o arcabouço normativo, seja construído com a efetiva participação de todos os interessados.

No dia 24 de abril de 2015 em Reunião de Colegiado de Curso foi apresentado pelo coordenador do curso de Graduação em Enfermagem o Projeto de Intervenção institucional aos membros do Colegiado. Em seguida foi feita uma votação por todos os presentes, onde cada um indicou os membros para compor a Comissão de Extensão na seguinte ordem: 03 representantes do corpo docente, sendo o mais votado o presidente da Comissão, o segundo lugar, o coordenador e o terceiro lugar o secretário; 01 representante do corpo técnico administrativo; 01 representante dos preceptores e 01 representante da sociedade civil organizada.

A representante da sociedade civil organizada foi comunicada formalmente pela Direção da Faculdade e foi submetida juntamente com os demais membros indicados à apreciação do Comitê de Gestão da Faculdade para aprovação e nomeação. Para representar o corpo discente, as turmas foram convocadas a eleger cada uma um membro para representá-las na Comissão, que também foram apreciados pelo Comitê de Gestão para nomeação. Como previsto no Regulamento o número de representantes dos discentes não poderá ser superior ao total de outras representações acumuladas. Quando o número de turmas for superior a quantidade de outras representações, as turmas deverão em consenso indicar os representantes de turma na Comissão de Extensão Universitária.

No dia 04 de maio de 2015 o Comitê de Gestão se reuniu em assembleia extraordinária para apreciação e aprovação dos membros indicados pelo Colegiado de

Curso. Na oportunidade de apreciação os membros apresentados foram aprovados por unanimidade.

Em 05 de maio de 2015, o Comitê de Gestão voltou a se reunir com o Colegiado de Curso e membros eleitos para Comissão para dar posse. No ato de posse os membros da Comissão de Extensão receberam cópias do Regulamento da Comissão de Extensão e do Manual de Extensão.

O ato de posse é a aceitação expressa pelo nomeado das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo, no qual assume, também, o compromisso de bem servir (BRASIL, 2010). Após a posse dos membros da Comissão de Extensão, o Diretor expediu Ato Normativo, para nomear a Comissão com suas devidas ocupações, Portaria 02 em 06 de maio de 2015.

A nomeação é uma forma de investidura em cargo ou função em um órgão ou instituição, que se oficializa com a publicação do correspondente decreto ou portaria e se completa com a posse e o exercício (AMAZONAS, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão é uma instância de ensino que deve nortear permanentemente o ensino. É um meio pelo qual a Instituição consegue cumprir com sua responsabilidade social. Para essa missão, a extensão deve propiciar a integração comunidade/alunos, influenciando na formação de um profissional cidadão consciente do seu papel e envolvido com a sociedade.

O mecanismo/estratégia usado para formalizar a criação da Comissão de Extensão no âmbito da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha foi uma intervenção conjunta entre o Colegiado de Curso e o Comitê de Gestão que reconheceram a necessidade da realização das atividades de extensão, e mais que isso, da regulamentação e formalização das ações extensionistas. Pois há um entendimento de que é a partir das ações de extensão é que surge o potencial de pesquisa em uma Instituição, o que é ainda insipiente nesta instituição.

Com a implantação da Comissão, será possível integrar núcleos de conhecimentos

nas ações de extensão e propiciar futuramente uma reforma curricular, promover na Instituição eventos que estimulem o corpo docente e discente à integração com a comunidade e incentivar o corpo docente e discente à produção científica e à participação em eventos locais, regionais e nacionais.

A implantação da Comissão de Extensão certamente é um grande passo na realidade vivenciada pela Instituição, porém o próximo desafio é elevar a extensão a uma dimensão em que os docentes, discentes e a comunidade sejam atores mais ativos.

Vale destacar que com a intervenção realizada não se pretendeu esgotar todas as possibilidades legais para formalizar a Extensão, e sim encontrar um caminho que fosse prático e acessível para formalizar e regulamentar ações que já eram desenvolvidas mesmo que de forma fragmentada. De forma a intensificar e impulsionar a Extensão, encurtando o caminho entre os docentes e discentes e a comunidade.

Acredita-se que a Extensão, agora formalizada, possa ser o diferencial da Instituição na região, que é carente de ações desse tipo e que esta intervenção sirva de incentivo a outras Instituições que vivenciam situações semelhantes a encontrada anteriormente à formalização da Extensão na Faculdade Presidente Antônio Carlos de Porteirinha.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. A. *et al.* Integração Ensino-Serviço: Experiência Exitosa na Atenção Odontológica à Comunidade. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, Paraíba, v. 16, n. 2, p. 235-238, 2012.

AMAZONAS. Estado do Amazonas. Procuradoria Geral do Município de Parintins. **Lei nº 511/2011/PGMP**. Dispõe sobre os requisitos dos cargos públicos para provimento efetivo e dá outras providências.

BISCARDE, D. G. dos S.; PEREIRA-SANTOS, M.; SILVA, L. B. Formação em saúde, extensão universitária e Sistema Único de Saúde (SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 18, n. 48, p. 177-186, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0586>. Acesso em: jul. 2015.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Manual de padronização de atos oficiais administrativos do Tribunal Superior Eleitoral**. 2. ed. Brasília: TSE/SGI, 2009, 111p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de orientação**: elaboração de portarias no Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva, Coordenação-Geral de Inovação Gerencial. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2010. 68 p.

COSTA, I. G. da. **Constituição e Educação: autonomia universitária e a presença do Estado nas instituições de ensino superior particulares**. 2010. 151f. Tese (Doutorado) apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito para obtenção do título de doutor em direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2010.

CRUZ, B. de P. A. *et al.* **Extensão Universitária e Responsabilidade Social**: 20 anos de Experiência de uma Instituição de Ensino Superior. EnANPAD 2010. XXXIV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 25 a 29 de set. de 2010.

DALLARI, S. G. A importância da formalização da política para a garantia do direito à saúde do doente mental. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 12, p. 4590-4602, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011001300006>. Acesso em: jul. 2015.

FAGUNDES, A. I. J. *et al.* **Educação**: um olhar social. 1 ed. Belo Horizonte-MG : Arroba, 2012. 171p.

FELIPPE, W. C. *et al.* **Extensão nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior**: referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES. XX Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições Comunitárias. FOREXT, 2013.

FERNANDES, M. C. *et al.* Universidade e a extensão universitária: a visão dos moradores das comunidades circunvizinhas. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 169-194, dez. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982012000400007>. Acesso em: jul. 2015.

FONSECA, M. G. F. *et al.* **Manual de Extensão**. Centro Universitário do Rio Grande do Norte. Natal/RN, abr., 2012, 18p.

FRANK, B. et al. **Gestão Ambiental: Capacitação, Sensibilização e Envolvimento da Comunidade Universitária da Universidade Regional de Blumenau.** Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte, Minas Gerais, 12 a 15 de set. de 2004.

KUNZ, J. G.; SCHNEIDER, M. **O papel da sensibilização das comunidades receptoras para o desenvolvimento do turismo regional sustentável.** V Fórum Internacional de Turismo do Iguassu, 16 a 18 de jun. de 2011, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

LIMA, K. R. de S. A Educação Superior no Plano Nacional de Educação 2011-2020. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 625-656, mai./ago. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2012v30n2p625>. Acesso em: jul. 2015.

NUNES, A. L. de P. F.; SILVA, M. B. da C. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, Ano IV, n. 7, Barbacena, jul./dez., 2011; p. 119-133.

OLIVEIRA, M. V. G. de et al. **Projeto Pedagógico Institucional.** Faculdade União Araruama de Ensino. 2013, 27p.

REIS, A. J. et al. Integração ensino-serviço – a experiência do PET na ESF Pedreira de Santa Cruz do Sul. **Revista de Saúde Dom Alberto**, v.1, n.2, jul./dez. 2013.

RIO GRANDE DO NORTE. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. **Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva.** Natal-RN, mar. 2012. 328p.

RODRIGUES, A. L. L. et al. Contribuições da Extensão Universitária na Sociedade. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 1, n.16, p. 141-148, mar. 2013.

RODRIGUES, M. A. Atividades de extensão em locais de educação não formal para enriquecer a formação dos licenciandos em Física. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 13, n. 1, p. 35-50, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/23232/14679>>. Acesso em: jul. 2015.

SANTOS, A. B. et al. Extensão Universitária: a Visão de Acadêmicos da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). **Em Extensão**, Uberlândia, v. 12, n. 2, p. 9-22, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/22609/13669>>. Acesso em: jul. 2015.

SANTOS, J. N. N. E. dos; JESUS, J. S. de. Os Desafios da Extensão Universitária em uma Instituição de Educação Superior Privada. **Periódico Científico Outras Palavras**. v. 9, n. 2, p. 26-54, 2013.

SILVA, A. F. L.; RIBEIRO, C. D. M.; SILVA JÚNIOR, A. G. Pensando extensão universitária como campo de formação em saúde: uma experiência na Universidade Federal Fluminense, Brasil. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 17, n. 45, p. 371-384, jun. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832013000200010>. Acesso em: jul. 2015.

SILVEIRA, J. A. da. Alfabetização Solidária e o Papel do Centro Universitário do Triângulo - UNIT e da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. 2002, 209f. Dissertação (Mestrado) apresentada ao Centro Universitário do Triângulo como requisito para obtenção do grau de Mestre em Educação: Magistério Superior. Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

UNESC. Universidade do Extremo Sul Catarinense. Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena. **Comissão Própria de Avaliação: Autoavaliação institucional 2013**. Vilhena-RO, 2013.

VALENTE, V. M. **A Auditoria de Processos Organizacionais como Ferramenta Auxiliar na Administração Organizacional**. 2008, 47f. Monografia. Curso de Administração com ênfase em Sistemas de Informação. Faculdade Arthur Sá Earp Neto. Petépolis.

ZANOTI, L. A. R. **A Função Social da Empresa como Forma de Valorização da Dignidade da Pessoa Humana**. 2006, 240f. Dissertação de Mestrado em Direito da Universidade de Marília. Universidade de Marília, São Paulo, 2006.